"JÁ EXISTÍAMOS DE FATO ANTES DE EXISTIR NO PAPEL": AS EXPERIÊNCIAS DOS ESTIVADORES DO PORTO DO RECIFE EM TEMPOS DE ESCRAVIDÃO

Maxuel de França Lima[1]

RESUMO: O trabalho na estiva no porto do Recife ao longo do século XIX foi espaço de sociabilidades entre livres e escravos. O porto do Recife era à época o principal entreposto entre Pernambuco e as outras regiões do Brasil e do além-mar, centro exportador de mercadorias da província. Os trabalhadores da estiva desempenharam função primordial nesse processo de entrada e saída de mercadorias. A região a beira do cais foi o lugar onde muitos trabalhadores buscaram formas de conseguir o sustento. Por sua acessibilidade as classes populares, consideramos o trabalho portuário uma importante fonte de emprego para a população livre de cor e escrava. Essa comunicação tem por intuito apresentar a experiência desses trabalhadores portuários da estiva do porto do Recife, mostrando como as experiências da escravidão – conflitos entre trabalhadores, e entre estes e os patrões, conformaram um repertório de possibilidades para a conformação de uma organização coletiva de caráter mutualista.

PALAVRAS-CHAVE: Estivadores. Porto. Escravidão.

EXPERIÊNCIA DOS ESTIVADORES EM TEMPOS DE ESCRAVIDÃO

Trabalhadores pobres, libertos, negros, pardos, escravizados, os estivadores do porto do Recife estavam no centro da principal cidade da província pernambucana, trabalhando no local que era considerado o coração da cidade – o porto. Os estivadores estavam atentos ao que estava acontecendo, percebiam que o tráfico havia cessado ali no porto onde trabalhavam e que em 1850 não entravam mais escravos como antes. Que a legitimidade da escravidão, por mais que não tivesse sendo contestada, perdia força com o fim do tráfico. Que o número de escravos diminuía tanto ali no porto quanto na cidade como um todo. Trabalhavam no lugar por onde chegava as novidades, as notícias, e isso significava ter informações. Os espaços compartilhados por estes dentro dos navios, fora destes, em tavernas, bairros onde moravam foram espaços de diálogo

[1] Graduado em Licenciatura em História/UFPE. Mestrando no programa de Pós-graduação em História – PPGH/UFPE.

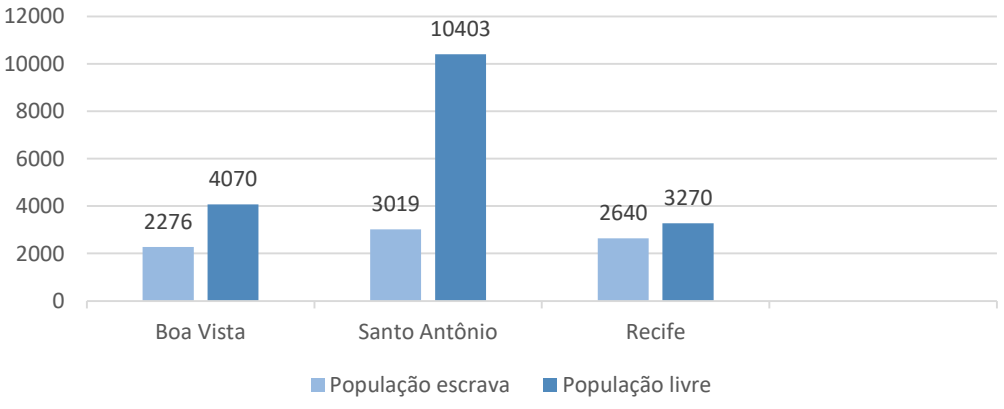
sobre as possibilidades de mudanças, resistências. O contexto em que viviam era percebido por eles e a partir disso agiam.

RECIFE E SEU PORTO

A cidade do Recife nasceu em torno do seu porto. O seu crescimento, com casas, tabernas, armazéns etc. aconteceu no mesmo ritmo em que o porto vai ganhando cada vez mais importância. Seus três principais bairros eram conectados por pontes e próximos ao porto: o bairro do Recife, antiga freguesia de São Pedro Gonçalves, nome que aparece nos censos, o bairro de Santo Antônio e o bairro da Boa Vista. Basicamente, na cidade do Recife os espaços com urbanização eram as freguesias do Recife[2], Santo Antônio, São José e a Boa Vista. (DUARTE, 2005, p.55).

Nas contagens populacionais de 1828 e 1856, ambas encomendadas pelos Presidentes da Província apresentam os seguintes dados sobre a população livre e escrava nos três principais bairros do Recife. Para 1828 temos o seguinte quadro (CARVALHO, 2010, p.52):

QUADRO 1
Distribuição por Bairros da população livre e Escrava em 1828

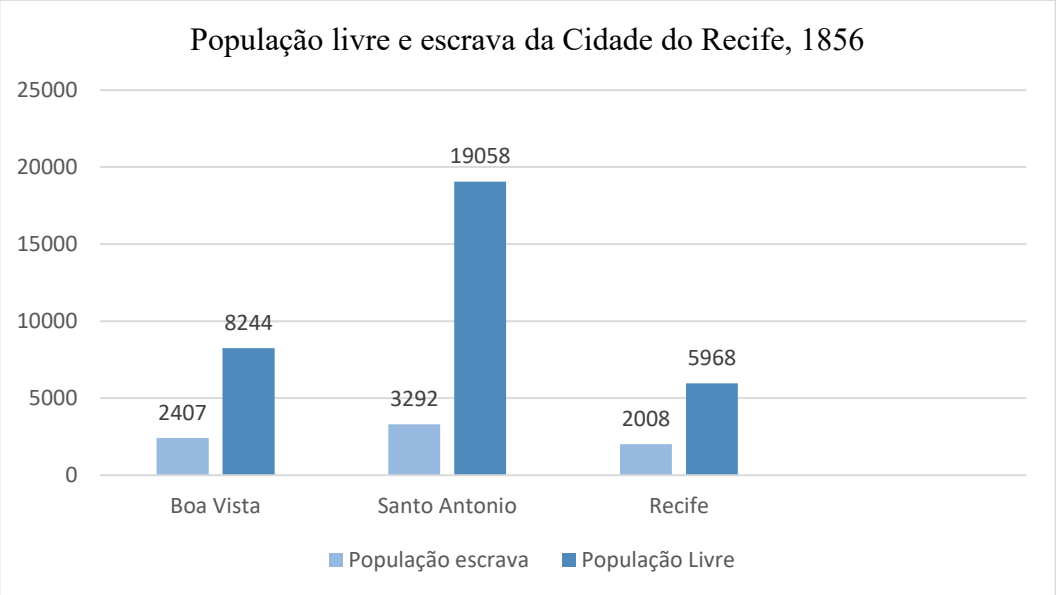


[2] O munícipio e a freguesia/bairro do Recife são homônimos, na nossa escrita procuramos deixar explícito a qual localidade estamos nos referindo.

Podemos observar através dos dados apresentados que o Recife é o bairro com maior concentração escrava da cidade. Isso, segundo Carvalho, devia-se ao fato de ser o Recife o "local do porto, perto do qual estavam as casas comerciais de grosso trato, os armazéns de açúcar e algodão, a Associação comercial e a própria Assembleia Provincial. Era o bairro mais antigo." (Idem, 2010, p.52)

Ainda de acordo com este mesmo autor 60,4 por cento dos escravos do bairro do Recife eram homens e isso se explica por conta de ali serem realizadas diversas atividades que, culturalmente, eram atribuídas ao gênero masculino. Tratava-se de um bairro marcado pela presença de negros de ganho e de aluguel que buscavam trabalho nas casas de exportação. Havia, segundo Marcus Carvalho, "muito trabalho braçal a ser feito no porto, como o trabalho na estiva, a carga e descarga de balsas, jangadas e carros de boi que traziam açúcar do interior e levavam outras tantas mercadorias na viagem de volta para outros países". (Idem, 2010, p.53)

Na contagem populacional de 1856 a população cativa manteve-se estabilizada, a população escrava do bairro do Recife diminuiu enquanto a população escrava dos bairros de Santo Antônio e Boa Vista cresceram levemente. A população desses três bairros, entre livres e escravos da seguinte forma:



Percebemos que o Recife, em termos populacionais, ainda concentra a maior porcentagem de escravos. É importante destacar que os números altos dos outros dois bairros chamam atenção. O bairro da Boa Vista e Santo Antônio também são locais de moradia da população livre mais pobre e escrava. O crescimento populacional 25.678 habitantes em 1828 para 40.977 em 1856, segundo Carvalho, seria fruto do processo de migração da população do interior da província para a capital.[3]

O censo de 1872 nos fornece dados mais completos sobre as freguesias do Recife e do interior do que os computados nessas duas contagens anteriores. Além disso, o censo em 1872 se deu em âmbito nacional e realizado por um órgão do império. Entretanto, trata-se de dados estatísticos construídos em um período em que maquiar o número de escravos poderia ser uma estratégia por parte dos senhores para fugir da cobrança dos impostos, o mesmo deve ser considerado em relação aos censos apresentados anteriormente. Em 1880, o imposto cobrado sobre o escravo que exercesse "o officio de magarefe, estivador ou qualquer outro serviço mechanico na cidade do Recife" era de 20$000,[4] para fins de comparação, esse era o preço de quase 3 dias de trabalho de um estivador durante a república. Em 1884 esse valor ainda permaneceu o mesmo segundo o jornal Diário de Pernambuco. O mesmo jornal nos traz informações a respeito da "relação dos escravos collectados por exercer o officio de magarefe, estivador ou outro qualquer officio mecânico de conformidade com o § 22 do art. 1 da lei 1,810, na freguezia do Recife, relativo ao exercicio de 1884-85"[5]. Infelizmente a listagem não nos informa o ofício dos escravos citados nas páginas do jornal, possuímos apenas os seus primeiros nomes e o nome completo de seus senhores.

A listagem nos fornece a localidade de onde viviam ou trabalhavam os senhores e escravos, entre as ruas Visconde de Itaparica, rua de S.Jorge, rua do Barão do Triumpho e Rua da Restauração. Ressaltamos que se tratam de ruas do bairro do

[3] Idem p.76.
[4] A assembléa legislativa provincial resolve. Recife. Diário de Pernambuco. 9 de abr. 1880, nº81, a. LVI, c.5 p.2.
[5] Consulado Provincial. Recife. Diário de Pernambuco. 11 de set. 1884. nº 209, a. LX, c.2 p.3.

Recife e, portanto, de escravos que ainda em 1885 estavam exercendo as funções de magarefe ou de estivador. Os magarefes eram os indivíduos que lidavam com a matança do boi e preparo da carne (LIMA, 2019, p.31). Em relação aos números registrados nas páginas do jornal: tratavam-se de 33 escravos divididos entre 17 senhores de escravos, uma média de quase 2 escravos por senhor. De todos os 17 nomes, conseguimos através das fontes jornalísticas informações apenas sobre dois. O que mais possuía escravos nessa listagem era Bellarmino Alves Aroxa, da Rua da Restauração, em seu nome foram coletados os impostos dos escravos Fellipe, Felix, Leonardo, Manoel, Ignacio e Joaquim.[6] Bellarmino, segundo o Almanak administrativo mercantil, era um marchante, comerciante importantes no ramo da carne. Possuía açougues na Rua da Restauração nº 51 e 64 e na Travessa da Madre de Deus nº 2.[7] De acordo com a historiadora Karla Lima ,os marchantes eram "os que obtinham a licença da municipalidade, através de editais geralmente, para abater as reses e comercializar o produto, sendo assim, controlavam grande parte desse comércio." (LIMA, 2019, p.26). De certo, Bellarmino empregava seus escravos nesse ramo, no carregamento ou na venda das carnes. David Ferreira Baltar, outro que aparece na listagem, ao que tudo indica também trabalhava no ramo de Bellarmino, pois ao longo de toda década de 1870 são anunciadas cargas em seu nome, como é o caso de uma carga de 12 arrobas de carne estava direcionada ao seu nome.[8] Além desses dois nomes, ambos envolvidos no comércio de carne, não encontramos durante a pesquisa vestígios do ramo com o qual estavam envolvidos os outros senhores.

Provavelmente por esse período, década de 1880, não estivessem mais empregando-se escravizados na estiva. Mas como veremos algumas páginas a frente, essa foi uma realidade nas décadas anteriores. Recife em 1884 era uma cidade em que a campanha abolicionista fervilhava e para os senhores de escravos, manter seus cativos próximos talvez fosse uma das únicas maneiras de impedir que estes fugissem. Mas voltemos aos dados.

[6] Consulado Provincial. Recife. Diário de Pernambuco. 11 de set. 1884. nº 209, a. LX, c.2 p.3.
[7] Almanak administrativo, mercantil, industrial e agrícola (PE) – 1872 – 1919. Ano 1881, p.156.
[8] Movimento do porto. Recife. Diário de Pernambuco. 7 de abr. 1870, nº78 a. XLVI. c.4 p.2

A população Pernambucana, segundo o censo de 1872, era de 841.539 pessoas, sendo 89.028 escravos e escravas e 752.511 livres, o que significa dizer que a população escrava representava um pouco mais de dez por cento do total de habitantes da província. Por trás desse quantitativo de escravos poderiam haver outros que sem sombras de dúvida não entraram na contagem.

Numa análise mais específica da comarca do Recife, entre as suas 11 freguesias no temos uma população de 116.671, incluindo escravizados e livres [9]. A freguesia de Santo Antônio, localizada na Ilha de Antônio Vaz, região da cidade dedicada ao setor mercantil e varejo, possuía 15.910 habitantes, sendo 2.046 escravos e escravas.[10] Segundo Jose Duarte Lins, essa freguesia "tinha uma renda familiar média mais elevada, logo, era o principal centro de consumo, com efeito, vindo a ser o núcleo administrativo da província." (DUARTE, 2005, p.57). Como mostra a figura 1, ligava-se ao bairro do Recife por uma ponte. Nessa freguesia concentrava-se as principais instituições da cidade, o Teatro Santa Isabel, a Casa de Detenção, Palácio do Governo. Com ruas largas, as edificações em sua maioria eram térreas, e os poucos prédios que tinham usavam a parte térrea para a instalação do comércio como oficinas, tabernas, armazéns.(MAIA, 2008, p.34).

Figura 1: Mapa das principais freguesias do Recife



Fonte: Arquivo Nacional do Brasil[11]

[9] Censo IBGE. 1871 pp.53-54
[10] Censo IBGE. 1872 pp.53-54
[11] Arquivo nacional do Brasil. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/arquivonacionalbrasil/albums

A freguesia de São José, que se situa na mesma ilha da freguesia de Santo Antônio, surgiu por volta da década de 1850 sendo fruto da divisão de Santo Antônio visando um melhor controle e administração, por conta do crescimento populacional desordenado causado pela migração da população do campo. (CARVALHO, 2010, p.84). Nesta freguesia localiza-se o Forte das Cinco Pontas e o matadouro público. A população dessa freguesia era de 17.297, sendo 951 escravos[12]. O bairro possuía construções que visava abrigar populações de renda mais baixa, o pequeno comércio. Carvalho assinala, sobre essa freguesia, que ali era onde vivia população mais pobre do Recife. Que nela possivelmente moravam cativos que viviam sobre si, negros do ganho, que pagavam jornal diário ou semanal aos seus senhores, mas possuíam uma maior autonomia individual, podendo possuir suas próprias casas longe de seus senhores. O autor ainda destaca que

> é significativo observar que a freguesia de São José, dessa população pobre deslocada, ficava de um lado da ilha (sul), e o palácio do governo, o teatro e o passeio foram construídos do outro (norte). Os pobres ficaram longe dos símbolos de progresso da cidade, e perto do porto, onde havia muito trabalho braçal para se fazer. Mas o maior sintoma dessa redistribuição espacial foi o surgimento na margem do rio, perto do coração de São José, do maior prédio público da província: a casa de detenção.(CARVALHO, 2010, p.87).

O bairro da Boa Vista ligava a capital as regiões ao redor. Era o bairro mais populoso de todas as onzes freguesias do município, contando com uma população de 20.877 habitantes, destes 2.917 escravizados. A freguesia com maior número de cativos. Tratava-se de um bairro residencial, o que explica o maior número de mulheres que homens cativos, e que contava também com diversas tabernas, sendo elas ponto de encontro de toda população. Contava com alguns edifícios públicos, entre eles estavam

> o cemitério, igual ao padrão europeu em organização, regularidade, limpeza, tamanho e beleza; o Ginásio Provincial, um colégio do

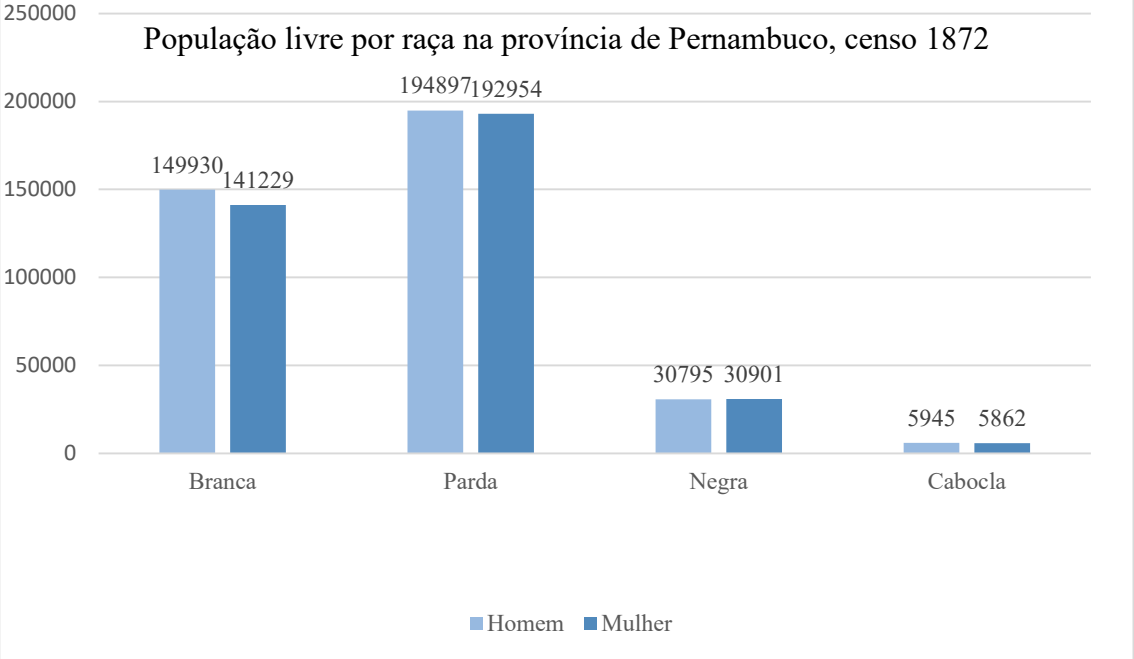
[12] Censo IGBE 1872

> governo, ainda em construção, sendo preparado dentro dos melhores moldes da Europa; o Hospital Pedro II, em estado de conclusão das obras, o Hospital Militar, o Hospital da Caridade e o hospital dos Lázaros. (DUARTE, 2005, p.57).

A freguesia do Recife, também denominada São Frei Pedro Gonçalves, onde localizava-se o porto, considerado o mais movimentado do norte brasileiro tinha uma população de 9.790, segundo o censo de 1872. Contava com 951 escravos em 1872, sendo 634 homens e 317 mulheres. Entre os homens da freguesia de São Pedro Gonçalves uma das profissões mais exercidas estava a de marítimo, com 594 pessoas, nenhum escravo. Tratando-se de uma região portuária é compreensível esse número elevado. Mais à frente, ainda nesse capítulo, veremos mais detalhadamente a incerteza em torno da definição dos estivadores enquanto trabalhadores marítimos ou não e como isso foi motivo de conflito entre estivadores, de um lado, e proprietários e comerciantes de outro, pois em torno da definição ou não dos estivadores enquanto marítimos girava a questão da matrícula daqueles trabalhadores da estiva. Com 107 pessoas contada no censo, outra profissão que merece destaque é a dos pescadores. A pesca deve ser vista como uma saída importante para subsistência, então exercer a pescaria era uma profissão visando o lucro com a venda dos pescados, mas também uma saída para complementar a alimentação familiar. Os estivadores em seu tempo livre faziam uso dessa prática. Como por exemplo o estivador José Lourenço Dias, residente na Paraíba, que saiu para pescar de madrugada e não foi encontrado.[13] O horário da saída para a pesca indica que correspondia a um horário em que não estava exercendo a profissão de estivador.

A contagem populacional de 1872 também fez a contagem da população por raça. O censo divide as raças da população em branca, parda e preta. Para uma melhor apreensão elaboramos o seguinte gráfico da província pernambucana classificada por raças:

[13] Gazetilha. Recife. Jornal do Recife. 31 de ago. 1871. nº198, a. XIII, c.3 p.1



Entre a população escrava a divisão por raça acontecia, como era de se esperar, apenas entre pardos e negros. Os negros escravos eram em número de 33.507 e os pardos estavam em 13.516. Já as mulheres escravas também se dividiam entre pardas e negras e somavam 12.122 pardas e 29.833, o que totalizava 89.028 escravos na província de Pernambuco. Esses 89.028 escravos pardos e negros somados aos negros livres e pardos livres, tem-se 538.575 não brancos na província de Pernambuco, num total de quase 64 por cento da população.

Restringindo a área de análise do censo para as 11 freguesias recifenses, podemos observar que nos 101.135 habitantes das freguesias os negros e pardos correspondiam a mais da metade da população livre. Os brancos correspondiam a 26.897 e negros e pardos 27.690. Somados aos 15.186 escravizados, que se dividiam entre negros e pardos, essas 11 freguesias possuíam uma população marcadamente não branca. O bairro portuário contava com 578 escravizados do sexo masculino e 384 mulheres. E dos 8.024 moradores do bairro da freguesia de São Pedro Gonçalves pardos e negros eram minoria. Nesse período o processo de transformação da cidade aos

moldes europeus já estava bem avançado e remover os indivíduos indesejáveis da vista dos estrangeiros e dos indivíduos civilizados fazia parte da modernização.

O porto do Recife, sendo o principal local de importação e exportação de produtos da província de Pernambuco, tinha importância central para o escoamento de mercadorias em uma sociedade que vivia principalmente de suas exportações. Ao longo de todo o século XIX, segundo Peter Eisenberg, "o açúcar continuou sendo a principal exportação de Pernambuco, mas a contribuição do mesmo à economia local declinou muito". (EISENBERG, 1977, p.54).

Além disso, como ressalta Raimundo Arraes "o porto também era o ponto de inflexão da condição de dependência cultural contemplada na apreensão e absorção dos modelos culturais que procedem dessa mesma sociedade burguesa, formada no capitalismo industrial."[14] (ARRAIS, 2004, p.197). Aliás, "o porto representa o único ponto de contato do Recife, e das regiões que servia de entreposto, com o mundo do além-mar". (Idem, 2004, p.197). Era vindo pelo mar e entrando porto adentro que chegavam as notícias dos acontecimentos nacionais e do estrangeiro. Esse mesmo porto recebeu cerca de 700 navios estrangeiros e nacionais no ano de 1860. (Idem, 2004, p.198)

O TRABALHO NA ESTIVA NO PERÍODO ESCRAVISTA

A estiva pode ser caracterizada por um trabalho braçal pesado, com ausência quase total de maquinário, e que foi realizado por trabalhadores escravos e livres. Segundo Hobsbawm, no que se refere a Inglaterra, um das nações mais importantes em termos de porto, e mais avançada tecnologicamente, "o trabalho na estiva era espantosamente primitivo em 1889" e continua afirmando que nesse país no fim da década de 1880 "não havia, em absoluto com exceção do cais, guindastes, guinchos, ferrovias de beira de cais".(HOBSBAWM, 2015, p.281).

O trabalho na estiva, por seu trabalho braçal, e além disso, um trabalho pesado, foi desempenhado por pessoas das camadas mais populares. A instabilidade do

[14] ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho**. A formação do espaço público no Recife do Século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004. p.197

emprego era compensada de certa forma por sua facilidade, assim, qualquer um que não tivesse emprego, sendo ele livre ou escravizado poderia arranjar nas docas seu sustento diário sem precisar estar vinculado a nenhuma associação beneficente, até então inexistente.

O trabalho dos estivadores normalmente acontecia em grupo e sob a supervisão de um mestre estivador. O mestre estivador, encarregado pela contratação dos estivadores, assumia a função de um capataz e estava ligado as empresas e os contratadores do serviço. O mestre estivador formava os grupos de trabalho responsáveis pela execução do serviço de carga ou descarga de um navio.

O capataz desses grupos de trabalho seria o equivalente urbano de feitor, nas palavras de Cruz. Esses sujeitos normalmente surgiam da dinâmica interna dos próprios grupos e tinham o poder de vigiar e controlar trabalhadores braçais. (CRUZ, 200, p.260).

Em 1859 a capitania do porto decidiu que não era permitido indivíduos sem matrículas assumirem a função de estivador. Gomes afirma que "a Capitania dos Portos não considerava o trabalho de estiva "puramente braçal e momentâneo", mas um ofício que "requer mais ou menos conhecimentos náuticos ou hábito da vida marítima" e que, portanto, "só quem tivesse matrícula na instituição poderia exercer a profissão de estivador."(GOMES, 2016, p.73). Esses trabalhadores matriculados teriam por capataz o mestre-estivador Angelo Roque e como sota-capataz Silvestre José Fernandes.[15]

Essas medidas que restringiam a mão de obra disponível para a execução do trabalho na estiva desagradaram aos comerciantes porque impedia esses comerciantes de contratarem "pessoas de terra" por preços que os fizessem lucrar cada vez mais. Veremos mais à frente, no terceiro capítulo, que essas questões relacionadas ao exclusivismo ou não da mão de obra também foram motivos de protestos e paralisações no final do século XIX e início do século XX. Por pressões das firmas consignatárias, em 1866 o capitão do porto decidiu que o trabalho na estiva poderia ser realizado por

[15] Capitania do porto. Diário de Pernambuco. Recife. 11 de jun. 1861. nº133 a.XXXVII, p.3, c.1

trabalhadores escolhidos pelo mestre estivador, sem restrição imposta pelas matrículas. (Idem, 2016, p.73)

Saudando a informação como uma medida benéfica para o comércio, o Jornal do Recife publicou em sua coluna "Gazetilha" os motivos pelos que teria levado o capitão do porto a reverter as medidas que exigiam matrícula dos estivadores para realização do trabalho. Segue o escrito do jornal:

> sem que lei alguma o autorizasse, existia o costume de só trabalharem na estiva dos navios pessoas matreculadas na capitania do porto, por uma má interpretação, que considerava semilhante trabalho, puramente braçal e momentaneo, como serviço de mar, que requer mais ou menos conhecimentos nauticos ou habitos da vida maritima, resultando disto, que nem sempre se achava gente matriculada para o trabalho e que alguns se fasiam pagar caro, e não havia remedio. Attendendo a que o comercio muito soffria com a tolerancia de semilhante abuso, S.S. ordenou hontem, aos mestres estivadores, que podiam engajar para tal serviço quem bem lhe parecesse, sómente devendo elles, quando tiverem de estivar alguma embarcação, requerem-lhe a permissão necessária, afim de ficar constando ali na repartição a sua responsabelidade, para qualquer duvida futura.

Para as empresas contratantes dos serviços de estiva e para a capitania do porto , a matrícula tratava-se, por um lado de ter que restringir o número de trabalhadores, para se ter o controle de quem realizava o trabalho dentro dos navios e o manuseio das cargas, permitindo assim um maior controle sobre as mercadorias e impedindo a ocorrência de roubos e furtos. E assim ter que lidar com a impossibilidade de rebaixar o valor da força de trabalho dos estivadores, em decorrência da impossibilidade de se ter uma reserva de mão-de-obra para substituir os estivadores matriculados. E de outro ter que abrir mão dessa restrição, e, portanto, de um controle mais efetivo desses trabalhadores, mas conseguindo com uma oferta ampla de braços para a realização do serviço baixar o preço do valor pago a esses trabalhadores.

Dessa forma, os trabalhadores livres ou escravizados que trabalhavam no porto lidavam com as tentativas dos patrões e do poder público de controlar esse ambiente de trabalho. Se levarmos em conta que o porto do Recife era a porta de

entrada dos estrangeiros e, portanto, a primeira impressão que se tinham da capital Pernambucana, tudo indica que havia, por parte das autoridades, a preocupação para que os visitantes europeus não levassem más impressões da cidade.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho**. A formação do espaço público no Recife do Século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

DUARTE, José Lins. **Recife no tempo da maxambomba (1867-1889)**. O primeiro trem urbano. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

LIMA, Karla Hegeane de. **Trabalho, cultura e política no matadouro da Cabanga**: Os fressureiros do Recife (1900-1920). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

CARVALHO, Marcus J.M de. **Liberdade**. Rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Pernambuco: Editora Universitária, 2010.

CRUZ, Maria Cecília Velascos e. Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos trabalhadores em Trapiche e Café, do Rio de Janeiro. **Revista Afro-Ásia**, n.24 (2000), 243-290.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança.** A indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campina: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

GOMES, Alessandro Filipe Meneses. **Das docas de comércio ao caís contínuo**: as tentativas frustradas de melhoramento do porto do Recife no Oitocentos. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

HOBSBAWM, Eric J. **Sindicatos nacionais Portuários.** In: Os trabalhadores: Estudos sobre a História do Operariado. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.